

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.324 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2001

SEMANA DE VOTAÇÕES



1 - Congresso examina LDO, Plano Plurianual e créditos orçamentários

2 - Senado analisa regulamentação do fundo contra pobreza

3 - Comissão vota estímulo à produção de energia solar

O Congresso Nacional deve votar nesta semana a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. A primeira sessão está marcada para hoje, às 16h30, e a outra para amanhã, com início previsto para as 14h, no Plenário da Câmara dos Deputados. Em regime de urgência, o Plenário do Senado examina hoje

projeto de regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Também hoje, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura analisa projeto de lei que cria o Programa de Incentivo a Energias Renováveis. O objetivo é viabilizar o desenvolvimento da geração de energia termossolar e eólica.

PÁGINAS 2, 3 E 4

Mozarildo quer posição firme contra Plano Colômbia

Uma posição firme contra o Plano Colômbia, que prevê intervenção norte-americana no país vizinho para combater o narcotráfico, foi reivindicada do governo brasileiro pelo senador Mozarildo Cavalcanti.

PÁGINA 8

Tião Viana propõe censura à OMC por dificultar tratamento da Aids

O senador Tião Viana anunciou ontem que vai propor voto de censura à Organização Mundial do Comércio (OMC) por permitir a atuação de cartéis da indústria farmacêutica em regiões pobres do planeta assoladas pela epidemia da Aids.

PÁGINA 8

Foto: Petrobras

Gasoduto Brasil-Bolívia poderá ter empréstimo de US\$ 180 milhões

PÁGINA 5



CCJ discute mensagem que dá novo mandato a Brindeiro

PÁGINA 6

Plenário vota hoje regras do Fundo da Pobreza

Se aprovado, o projeto de regulamentação será enviado à sanção presidencial. Criado por proposta de emenda constitucional oriunda do Senado, o fundo destinará anualmente R\$ 4 bilhões às populações mais carentes do país

Em regime de urgência, o Senado vota hoje projeto de regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que destinará, anualmente, cerca de R\$ 4 bilhões para as populações mais carentes do país. O fundo foi concebido no próprio Senado, ao final de longo estudo realizado no âmbito de comissão que discutiu o crescimento da miséria no país.

Já estão disponíveis para o fundo cerca de R\$ 500 milhões, oriundos do diferencial de 0,08% da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que vem sendo recolhido desde março. Logo que o projeto for sancionado, esses recursos poderão ser aplicados no combate à pobreza.

Na mesma sessão, o Senado delibera, em primeiro turno, sobre proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região. O texto será votado nos termos de um substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e contempla os estados do Acre, do Amazonas, de Roraima e de Rondônia.

Também em primeiro turno, será votada proposta do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que amplia as formas de nomeação dos integrantes dos tribunais de Contas estaduais, incluindo a possibilidade de preenchimento das vagas de conselheiros por concurso público. O objetivo da medida é garantir mais impessoalidade e moralidade no preenchimento das vagas.

O Senado também vota projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando o Executivo a criar, em São Luiz do Anauá (RR), distrito agropecuário destinado a desenvolver atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, preservação e pesquisa.



TERÇA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2001

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 46/01-Complementar, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; votação, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; Parecer nº 568/01 sobre a Mensagem nº 1/01, que submete à deliberação do Senado o nome de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para exercer o cargo de diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Parecer nº 601/01 sobre a Mensagem nº 132/01 e 416/01, submete à deliberação do Senado o nome de Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de dois anos; Mensagem nº 132/01, submete à deliberação do Senado o nome de André Mattoso Maia Amado para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Peru; PLS nº 132/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de São Luiz do Anauá (RR); PLS nº 75/00, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

16h30 — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação do PLN nº 4/01, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2002 (LOD). *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 247/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 180 milhões, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emenda nº 1, de Plenário, oferecida ao PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; emendas de Plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; emendas de Plenário nºs 6 e 7, oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; e PLS nº 27/96, cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 155/01, submete à apreciação do Senado o nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República; PLC nº 3/01, altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; PLC nº 52/01, dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal; e PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial, na forma e condições que especifica. *Ala Senador*

Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 154/97 e 105/96), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei 2848/40 — Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação do relatório final sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) relativo ao período de 2000 a 2003. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

16h — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

16h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição dos governadores Itamar Franco, de Minas Gerais; Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul; Jaime Lerner, do Paraná; e Almir Gabriel, do Pará. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 143/01, submete à apreciação do Senado o nome de José Viegas Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia; e Mensagem nº 144/01, submete à apreciação do Senado o nome de Cesário Melantônio Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

ESPECIAL

20h30 — Apresentação do Coral do Senado, nos dias 26 e 28, em comemoração aos cinco anos de criação do grupo. Auditório da Casa Thomas Jefferson — 606 Norte

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 54/00, estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações que especifica; Mensagem nº 134/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha para exercer a função de embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos; Mensagem nº 135/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávio Moreira Sapha para, cumulativamente, exercer a de embaixador do Brasil junto ao Estado do Qatar; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PDL nº 46/01, aprova o texto do Acordo sobre a Transferência de Nacionais Condenados, celebrado entre os governos do Brasil e da Bolívia; PDL nº 54/01, aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e da Romênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora; e PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União Federal.

14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de projetos de Lei do Congresso Nacional (abertura de créditos) e de medidas provisórias. *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 75/96, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDL nº 57/01, aprova o texto da Convenção nº 174 da OIT sobre a prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Resolução nº 181; PDL nº 62/97, aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, celebrado entre os governos do Brasil e da França; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 305/01, do senador Sebastião Rocha, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 27/00, de sua autoria; e Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 145/01, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: agenda em aberto

COMISSÕES

Quarta-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLS nº 157/99, altera o parágrafo 2º e acrescenta o parágrafo 3º no art. 542 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 82/00, dispõe sobre a Polícia do Senado Federal; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento de Luiz Fernando da Costa (Fernandinho Beira-Mar). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de diversos Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quinta-feira

15h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática

Pauta: exposição do diretor da Rede Globo e cineasta Daniel Filho, do vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica (Gedic) Evandro Guimaraes e do diretor da Conspiração Filmes, Leonardo Barros. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 15*

16h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposição dos presidentes do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, da Centrais Elétricas de Furnas, Luis Carlos Santos, e da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

18h30 — Lançamento do livro *Quem é Pedro Simon*, de autoria do jornalista Luiz Gutemberg. *Biblioteca do Senado Federal*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva,
José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Legislativo deve ter uma semana de muito trabalho

O presidente do Congresso, Jader Barbalho, disse ontem que esta será “uma semana de muito trabalho”, com destaque para a proposta que limita a edição de medidas provisórias e a Lei de Diretrizes



Jader Barbalho não acredita que parlamentares opositoristas obstruam a votação da LDO

Orçamentárias (LDO). Ele afastou a possibilidade de obstrução da votação da LDO pela oposição.

– Não creio nisso, de jeito nenhum. A LDO não é em favor do governo ou de um partido, e sim em favor do país. É ela que viabiliza o Orçamento da União – afirmou.

Quanto à apreciação pelo Senado das modificações feitas pela Câmara na proposta que limita a edição de MPs, Jader ressaltou a necessidade de ultrapassar quaisquer dificuldades e encerrar a tramitação o mais rápido possível.

– Vamos fazer o possível para absorver as alterações e encerrar esse episódio, que precisa ser encerrado há muito tempo. Essa regulamentação é necessária para a vida democrática e para o prestígio do Congresso Nacional – afirmou.

AMAZÔNIA

A importância da elaboração de

um zoneamento econômico e ecológico da Amazônia foi ressaltada pelo presidente do Senado, a propósito da proposta de emenda à Constituição criando o Fundo de Desenvolvimento

da Amazônia Ocidental, cuja votação está prevista para hoje.

Jader apóia a criação do fundo, e também iniciativa semelhante para a Amazônia Oriental, mas alerta para a necessidade de fazer o zoneamento.

– É fundamental que a Amazônia tenha um zoneamento econômico e ecológico. Qualquer intervenção governamental deveria estar guiada por ele – afirmou.

O senador esclareceu que um dos objetivos do fundo é exatamente o de trabalhar com a idéia de que a Amazônia “não pode ser vista apenas como santuário, pois nela habitam 19 milhões de brasileiros, que merecem oportunidades de trabalho e expectativas de futuro”. Ele disse estar firmemente convencido de que “é possível conciliar preservação com crescimento econômico”.

Jader: denúncias são “campanha das viúvas de Antonio Carlos”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, atribuiu a “uma campanha das viúvas do Antonio Carlos” as denúncias a seu respeito divulgadas pela imprensa no final de semana. Jader disse que, durante a investigação da violação do painel eletrônico, foi “avisado” de que não continuaria no Senado se Antonio Carlos viesse a ser cassado. Ele ressaltou que tudo que foi publicado é “café requentado”, pois as matérias tratam de assuntos já investigados e arquivados pela Justiça por não haver qualquer prova contra ele.

– O desejo dessas pessoas era que eu tivesse saído do Senado no mesmo dia em que ele (Antonio Carlos) saiu. Mas minha disposição é cumprir o mandato até o final. Querem que eu seja a bola da vez, mas estamos num regime democrático e as viúvas vão ter muito trabalho, vão ter que provar alguma coisa contra mim, e não conseguirão provar nada – afirmou.

Jader frisou que não se sente inti-

midado e avisou que não pretende mais responder às matérias.

– Estou pagando o preço da vez. Sobre todo esse escândalo que está montado, não tenho mais nada a dizer. Mentira eu vou resolver no Judiciário. A opinião pública já deve estar percebendo que é só “café requentado”: denúncias de 13, 20 anos, coisas julgadas pelo Supremo Tribunal Federal, arquivadas pelo Tribunal de Contas da União. Não provam nada, mas requentam todo dia. Não vou mais falar sobre mentira e infâmia. Não precisam de mim para alimentar o escândalo – assinalou.

O senador considerou “molecagem” matéria da revista *Veja* segundo a qual teria freqüentado, em Brasília, a casa de José Osmar Borges, envolvido em desvio de verbas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

– Não vou responder, não quero responder à molecagem e à mentira. Devo me dar respeito, como presidente do Senado – protestou.

Congresso começa hoje a análise da LDO para 2002

Também devem ser examinados esta semana projeto que altera programas e ações do Plano Plurianual e diversos créditos especiais

O Congresso Nacional deve votar esta semana a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. A primeira sessão está marcada para hoje, às 16h30, e a outra para amanhã, com início previsto para as 14h. A LDO foi criada pela Constituição de 1988 e estabelece normas e princípios que devem ser obedecidos na elaboração e execução do Orçamento da União.

Na semana passada, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), concluiu a apreciação da LDO. Ficou mantido, no substitutivo apresentado pela relatora, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), o estabelecimento de resultado primário das contas públicas de R\$ 31,69 bilhões, superávit equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

A maioria dos 578 destaques apresentados pelos parlamentares foi rejeitada. Entretanto a comissão mista acolheu a proposta de manutenção de uma reserva de



Carlos Bezerra preside a Comissão Mista de Orçamento, que aprovou a LDO na semana passada

contingência fiscal no valor de R\$ 3,4 bilhões no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa reserva tem por objetivo prevenir riscos fiscais, como a necessidade de reajustes nas contas públicas.

Junto com a LDO, o Congresso votará também projeto que altera programas e ações do Plano Plurianual (PPA) para o período compreendido entre 2000 e 2003. Nas duas sessões conjuntas, convocadas pelo presidente do

Senado, Jader Barbalho, deverão ser votados ainda 14 projetos de créditos especiais e complementares, entre os quais o que destina ao Ministério da Defesa crédito no valor de R\$ 239,5 milhões. Constatam também da pauta projetos que destinam recursos para os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 8,3 milhões); Integração Nacional (R\$ 840 milhões); Transportes (R\$ 180 milhões); Comunicações (R\$ 239 milhões); e Relações Exteriores (R\$ 59 milhões).

O Plenário do Congresso vota ainda dois projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de contrato relativo às dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União: o que autoriza a execução de contrato para implantação de hidrovias no chamado Corredor Araguaia-Tocantins (Hidrovia do Capim) e o que canaliza recursos para a construção de vias na BR-153/GO, divisa com o Distrito Federal e Goiás.

Comissão de Orçamento examina revisão do PPA

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização deverá analisar na reunião de hoje parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a revisão do Plano Plurianual 2000/2003, que programa os investimentos do governo federal para um período de quatro anos. A revisão corrige erros cometidos pelo governo na elaboração do plano.

De acordo com informações colhidas pelo senador junto ao Executivo, no próximo dia 2 de

agosto, contudo, o governo deverá enviar novo texto relativo ao PPA para exame do Congresso Nacional. Por conta disso, o relator preferiu rejeitar agora todas as emendas propostas pelos parlamentares ao seu trabalho, entendendo que o melhor momento para analisá-las será após o dia 2, quando for conhecido o novo texto do governo.

Também está prevista para a reunião de hoje da Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT),



Jonas Pinheiro foi informado de que o governo pretende propor novas alterações no PPA

a análise de pedidos de suplementação de recursos ao Orçamento 2001, feitos pelo Poder Executivo.

TCU entrega relatório sobre contas do governo

O presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Humberto Souto, entregou na noite de ontem ao presidente do Senado, Jader Barbalho, o relatório sobre as contas do governo relativas ao exercício financeiro do ano 2000. Na visita, ele esteve acompanhado do relator do pro-

cesso, ministro Adylson Motta.

O plenário do TCU aprovou na quinta-feira passada, com ressalvas, por unanimidade, o relatório e pareceres prévios das contas do governo. Em seu parecer, Adylson Motta observou que o Executivo não apresentou o cálculo dos valores das receitas efe-

tivamente renunciadas, de forma a viabilizar sua comparação com as estimativas constantes do demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Energia alternativa pode ganhar incentivos

Projeto já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos permite a produtores e usuários criar cooperativas para produzir energia elétrica, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, em reunião convocada para as 10h, projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier). A proposta pretende estabelecer condições que viabilizem o desenvolvimento da geração de energia termossolar e eólica. O relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), recomenda a aprovação definitiva da matéria na CI.

De acordo com a proposta de Lobão, que já tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), produtores e usuários poderão criar cooperativas para produzir energia a partir do



vento e da luz do sol, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A CI, presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), tem outros dois itens na sua pauta. Um deles é o projeto de lei que altera a política nacional de recursos hídricos para isentar de custos a água fluvial usada para matar a sede de rebanhos, para a piscicultura e para a irrigação de pequenas propriedades rurais. De autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MT), a proposta pode ser aprovada definitivamente se os senadores acabarem o relatório de Arlindo Porto



Lobão quer estimular as fontes alternativas de geração de energia

(PTB-MG). Caso os senadores adotem o voto em separado do senador José Eduardo Dutra, porém, a matéria poderá ser rejeitada.

Por fim, a comissão analisa o projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que modifica as regras para a operação de barcos estrangeiros na navegação interna e de cabotagem no Brasil. O relatório da senadora Heloísa Helena (PT-AL) é favorável e concorda com os argumentos do autor da matéria de que a legislação atual desestimula a produção de embarcações de maior porte em estaleiros nacionais, já que o aluguel de barcos estrangeiros é facilitado.

Governadores discutem crise no abastecimento

Em reunião marcada para as 16h30 de hoje, a comissão mista que estuda as causas da crise de energia deve ouvir os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco, do Paraná, Jaime Lerner, do Pará, Almir Gabriel, e do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra. Até ontem, eles ainda não haviam confirmado presença e poderão enviar representantes para prestar esclarecimentos ao Congresso.

Em uma segunda reunião nesta semana, as 9h30 de quinta-feira, a comissão — que tem como presidente o deputado Antônio Cambraia (PSDB-CE) e como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA) — ouvirá o empresário Antônio Ermírio de

Moraes e os presidentes de Furnas, Luiz Carlos Santos, e da Eletrobras, Cláudio Ávila da Silva.

Na última semana, os parlamentares da comissão tomaram os depoimentos dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, dos professores da Universidade de São Paulo (USP) Ildo Sauer e Adilson Oliveira e do pesquisador Bautista Vidal. Eles criticaram o modelo de privatização adotado e a prioridade dada pelo governo federal à inclusão do gás natural importado da Bolívia na matriz energética nacional.

Para contornar a crise definitiva-

mente, os acadêmicos sugeriram que as estatais do setor voltem a investir em hidrelétricas, já que o país tem grande potencial para geração hidráulica, que apresenta os custos mais reduzidos. Os professores condenaram a ameaça de cortes e aumento dos preços para consumidores residenciais. Para eles, as grandes indústrias que compram energia a baixos custos deveriam ser o alvo principal do racionamento.

Souto afirmou na reunião com os professores que, assim que reunir elementos suficientes, enviará sugestões à Câmara de Gestão da Crise de Energia, antes mesmo de apresentar o relatório final à comissão.

Edison Lobão reclama do tratamento desigual dado às regiões Norte e Sul

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou ontem em Plenário o racionamento de 15% no consumo de energia elétrica no estado do Maranhão. Para o senador, apesar de ser um racionamento voluntário, as medidas prejudicam a população e trazem mais sacrifício ao estado, que não consome toda a energia de que dispõe, proveniente da hidrelétrica de Tucuruí (PA).

Segundo o senador, o Maranhão já racionava energia “há muito tempo”, proporcionando a distribuição do excedente para o Nordeste e o Centro-Oeste. Ele comparou a situação de seu estado com a dos estados do Sul, que estão livres do racionamento por

serem exportadores de energia. De acordo com Lobão, as condições de Tucuruí são similares às do Sul, cujos reservatórios atingem 98,3% de sua capacidade.

Ele lembrou que os governadores da Região Sul aceitaram promover uma redução voluntária de consumo de até 7%.

— Por que, então, um “pacto voluntário” de 7% para os consumidores do Sul e o racionamento de 15% para o Maranhão? — indagou, temendo os efeitos econômicos da redução de consumo.

Dizendo não estar convencido da necessidade de se racionar energia em seu estado, o senador alertou para os efeitos negativos sobre a indústria de alumínio

Alumar, que deverá reduzir sua produção em cerca de 20%, provocando uma queda de R\$ 30 milhões nas receitas do Maranhão.

Lobão disse que é contraproducente procurar os culpados pela crise, mas criticou a imprudência do governo federal e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que negligenciaram as fontes alternativas de energia. Ele reclamou também da não conclusão da usina de Serra Quebrada, em Imperatriz (MA).

O senador mencionou ainda um projeto de sua autoria, que propõe o estudo e gerenciamento de fontes alternativas de energia elétrica.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou o discurso de Edison Lobão e apelou para que os estados da Região Norte não sejam prejudicados pelo racionamento.

Jonas Pinheiro teme prejuízos à agropecuária

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) reivindicou um novo enquadramento das atividades agropecuárias às regras de racionamento de energia elétrica. Segundo ele, se as regras propostas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia forem aplicadas à agricultura, desconsiderando suas peculiaridades, redundarão em sérios prejuízos nas áreas de produção e abastecimento.

O setor agropecuário é vital para a economia brasileira, enfatizou o senador, argumentando que, se ele não for protegido por medidas especiais de racionamento, “haverá reflexos prejudiciais nos preços dos produtos e na oferta de emprego rural, além de afetar o desempenho da balança comercial e até da economia do país como um todo”.

Segundo Jonas Pinheiro, as atividades dos avicultores, suinocultores, pecuaristas, agricultores de culturas irrigadas e daqueles que lidam com pré-processamento — como resfriamento, secagem e armazenamento — dependem diretamente do uso da eletricidade. “Durante o período do frio, os lei-



Jonas: racionamento poderá elevar os preços e reduzir os empregos na área agrícola

tões precisam ser aquecidos 24 horas por dia. Na avicultura, a chocagem dos ovos e aquecimento dos pintinhos não pode sofrer interrupções”, exemplificou.

Procurado por produtores e suas entidades representativas regionais, preocupados com a possibilidade de serem atingidos por medidas drásticas de racionamento, ou, pior, por eventuais “apagões”, Jonas Pinheiro sustentou que a agricultura está em franco crescimento no Centro-Oeste e que os agricultores precisam industrializar seu produto. Ele concluiu seu pronunciamento fazendo um apelo às autoridades gestoras da crise de energia para levarem em consideração essas particularidades intrínsecas da agropecuária.

Osmar Dias sugere crédito para a compra de geradores

Com o objetivo de colaborar com o racionamento de energia, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou ontem dois projetos de lei. O primeiro autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a conceder empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas para a compra de geradores de eletricidade.

Com a segunda proposta, o senador torna permanente a decisão do governo federal de suspender a cobrança de uma taxa mínima de energia elétrica. “Assim os cidadãos pagarão por seu consumo real”, afirmou.

Osmar Dias explicou que a iniciativa de conceder empréstimos para compras de geradores surgiu em reuniões que ele realizou



Osmar Dias também propõe a cobrança de taxa mínima de energia elétrica

com empresários paranaenses, preocupados com a dificuldade de racionar energia, especialmente no ramo hoteleiro.

Os empréstimos terão taxas de juros de 6% ao ano, com prazo de dez anos e carência de três, se o projeto de lei for aprovado com seu texto original.

CAE vota recursos para gasoduto Bolívia-Brasil

Executivo pede autorização para o lançamento no mercado internacional de US\$ 180 milhões em bônus. Gás boliviano será o principal combustível utilizado pelas 49 termelétricas projetadas no programa brasileiro

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá apreciar em sua reunião de hoje, às 10h, pedido do presidente da República para o lançamento no mercado internacional de capitais de US\$ 180 milhões em bônus da TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), com garantia do Banco Mundial e contragarantia do Brasil.

Os recursos serão utilizados integralmente pela TBG, subsidiária da Petrobras Gás S/A, na construção do gasoduto Bolívia-Brasil, orçado em US\$ 2,3 bilhões, cabendo à parte brasilei-

ra US\$ 1,7 bilhão. O gás da Bolívia será o principal combustível a ser utilizado pelas 49 termelétricas projetadas no programa brasileiro do setor, uma das peças principais nas previsões de oferta de energia elétrica para fazer frente à crise atual, e evitar o apagão. Será também utilizado diretamente por indústrias brasileiras como alternativa à energia elétrica.

PARECER

No parecer técnico que acompanha o pedido do governo, o Executivo destaca que os objetivos gerais do projeto ao qual se destinam os recursos consistem no desenvolvimento de um mercado doméstico para o gás natu-

ral, diversificando a matriz energética, além do atendimento a uma crescente demanda de energia na Região Centro-Sul do país. Com os recursos a serem captados mediante a emissão de títulos, serão financiados débitos diversos associados à construção do gasoduto Bolívia-Brasil.

A operação de crédito externo a ser apreciada pelo Senado foi

montada de uma forma que a TBG somente começará a desembolsar recursos para quitação dos bônus, após 16 anos do lançamento dos papéis. A operação prevê, além da garantia do Tesouro Nacional, contragarantias de receitas da própria TBG e também da Petrobras.

Essa é a última operação de crédito externo realizada pela TBG para construir o

gasoduto Bolívia-Brasil. Está prevista a contratação de US\$ 690 milhões em recursos externos, dos quais US\$ 510 milhões já foram contratados com as seguintes instituições: US\$ 240 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); US\$ 80 milhões com a Corporação Andina e Fomento (CAF); US\$ 130 milhões com o Banco Mundial; e US\$ 60 milhões com o Banco Europeu de Investimentos (BEI). Caso aprovada pelo Senado, a emissão de bônus, no valor de US\$ 180 milhões, fecha o total dos recursos externos previstos no projeto. O relator da proposta na CAE, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), apresentou parecer favorável.



Wellington Roberto é favorável à operação de crédito externo

Pais podem impedir filhos de verem violência e sexo na TV

Com parecer favorável do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), deverá ser votado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) projeto de lei da Câmara que obriga os fabricantes de televisores a incluir nos aparelhos um dispositivo que permite o bloqueio da recepção de programas com cenas de sexo e violência.

O projeto obriga as próprias emissoras de televisão, incluindo-se aí as operadoras a cabo, a dar classificação eletrônica a todos os programas contendo cenas de sexo e de violência. O aparelho procederá, então, à leitura dessa classificação e desconectará automaticamente aquele canal pelo tempo previsto para a duração do programa.

Em seu parecer, o senador Casildo Maldaner diz que o mérito maior dessa iniciativa é o de congregar o poder público, as emissoras de televisão e os próprios telespectadores, na tarefa de buscar soluções para a questão da violência transmitida pelos programas de televisão.

— Não se admite mais a delegação — unicamente ao Estado — das iniciativas que solucionem o problema, nem tampouco o con-



mação previamente pelas emissoras, de modo a permitir que os próprios pais programem para aqueles horários e canais que exibam cenas de violência e de sexo, o acionamento do aparelho.

A CAE deverá também apreciar na sua reunião de hoje projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga o repasse automático aos municípios da parcela de recursos da contribuição do salário-educação, pelo governo federal

(atualmente o repasse é feito para os estados). O relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), deu parecer favorável à sua aprovação.



Maldaner: "Novos tempos exigem divisão de responsabilidades"

formismo, por impotência, ante o poder dos meios de comunicação. Os novos tempos exigem a divisão de responsabilidades com vistas ao estabelecimento de alternativas que nem signifiquem ausência total de regulamentação, nem a edição de medidas coercitivas ou paternalistas — afirma Maldaner.

O projeto, de autoria do deputado Cunha Bueno (PPB-SP), prevê prazo de 180 dias para regulamentação da lei e de um ano para que a indústria e o comércio mudem seus procedimentos e renovem seus estoques.

A venda dos televisores antigos, findo esse prazo de um ano, seria proibida. O projeto prevê também a divulgação da progra-

Projeto dá ao Senado maior controle sobre liquidações extrajudiciais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar hoje projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo na Casa, que muda os procedimentos do Banco Central do Brasil nos casos de intervenção e de liquidação extrajudicial

de instituições financeiras. Pela proposta, o Senado passará a fiscalizar aquelas operações e a controlar a escolha dos interventores.

O relator, senador José Alencar (PMDB-MG), recomenda a aprovação da medida, por entender que ela trará transparência nas intervenções e liquidações extrajudiciais feitas pelo BC. "Entendemos que a fiscalização faz parte da competência do Senado Federal. E a prestação de contas de liquidações financeiras pelo BC é uma prática habitual em países civilizados, que já deveria, há muito tempo, ter sido adotada pelo Brasil", diz o relator.

A CAE também deverá deliberar sobre as emendas de Plenário ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que cria o Código de Defesa do Contribuinte. Em seu parecer, o relator, senador Bello Parga (PFL-MA), rejeitou 18 das 22



Romero Jucá: transparência nas intervenções

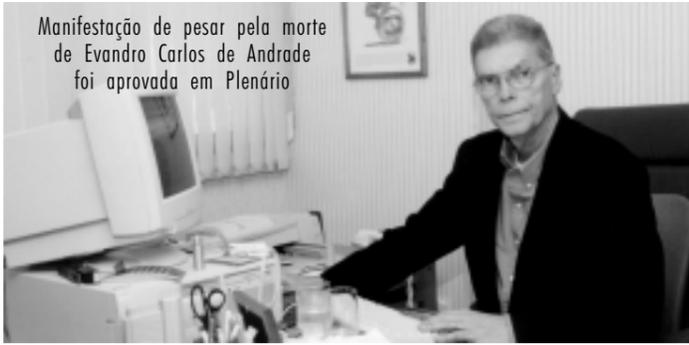
emendas propostas, acatou três integralmente, e ofereceu mais três emendas à proposta.

A comissão examinará a indicação, feita pelo presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para que a CAE estude os parâmetros a serem obser-

vados pelo Brasil no processo de negociação em torno da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Em parecer favorável à indicação, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) assinala a importância daquele bloco, que vai formar um mercado de 34 países, com aproximadamente 800 milhões de habitantes e um PIB (Produto Interno Bruto) de cerca de US\$ 13 trilhões.

Também será analisada pela CAE a desvinculação, ainda este ano, na aplicação de recursos da União oriundos dos royalties do petróleo, de modo a dar ao Executivo mais flexibilidade na definição de prioridades para a aplicação desses recursos. Constatam ainda da pauta as emendas de Plenário apresentadas ao projeto que cria as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Manifestação de pesar pela morte de Evandro Carlos de Andrade foi aprovada em Plenário



Senadores homenageiam Evandro Carlos de Andrade

Voto de pesar pela morte do jornalista Evandro Carlos de Andrade, diretor de jornalismo da TV Globo, ocorrida ontem, foi aprovado pelo Senado. Atendendo a requerimento apresentado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), foram enviadas condolências à família e às Organizações Globo, na pessoa de seu presidente, Roberto Marinho.

Francelino relatou sua amizade com Evandro Carlos de Andrade e destacou que o jornalismo sempre foi a grande paixão do homenageado. Lembrou que Evandro Carlos de Andrade veio para Brasília com dois outros grandes nomes do jornalismo brasileiro, Pompeu de Sousa e Carlos Castelo Branco, para trabalhar na sucursal do *Jornal do Brasil*. Depois, tornou-se diretor da sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* e, mais tarde, assumiu o comando do jornal *O Globo*, voltando ao Rio de Janeiro. Passou 24 anos à frente do jornal e de lá foi para a Rede Globo de Televisão.

No encaminhamento favorável ao requerimento, manifestaram-se, lembrando a trajetória profissional de Evandro e sua postura ética, os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), Iris Rezende (PMDB-GO), Edison Lobão (PFL-MA) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). "Foi um homem lúcido, inteligente, brilhante e eficiente como jornalista, mas também um homem de estofamento moral muito sólido, um ser ético na sua inteireza", disse Saturnino.

Ao declarar a aprovação do requerimento de pesar, o presidente do Senado, Jader Barbalho, uniu-se às manifestações e disse que aproveitava para homenagear a imprensa brasileira, "particularmente os que fazem, como fez Evandro Carlos de Andrade, o jornalismo sério e competente; o jornalismo que se sabe instrumento de informação real, verídica, para a comunidade, sob pena de não se fazer o bom jornalismo".

Senado manifesta pesar pela morte do geógrafo Milton Santos

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), pela morte do geógrafo, professor e jornalista Milton Santos, falecido, aos 75 anos, no último domingo, em São Paulo. Ao encaminhar a proposição, a senadora salientou que Milton Santos obteve reconhecimento mundial por seu trabalho científico, sobretudo na cátedra de Geografia, obtendo, inclusive, títulos de doutor *honoris causa* de universidades de vários países.

Marina Silva acrescentou que Milton Santos — nascido em 1926 em Brotas de Macaúba, Bahia — escreveu mais de 40 livros, publicados em diversos países, e conciliava, nos úl-



Milton Santos morreu domingo, em São Paulo, aos 75 anos

timos tempos, seu trabalho acadêmico com a participação na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

— Ele foi um importante intelectual brasileiro, que dedicou grande parte de sua obra à reflexão dos impactos da globalização sobre a humanidade — frisou.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que também subscreveu a proposta, associou-se às homenagens a Milton Santos. Ele ressaltou que o professor emérito "reformulou a Geografia com seu trabalho acadêmico, no qual se preocupou não com o aspecto físico, mas com o lado mais humano".

CCJ analisa quarto mandato consecutivo para Brindeiro

Comissão também examina projeto do Executivo que regulamenta o trabalho temporário nas empresas urbanas

Em votação secreta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decide hoje se aprova ou não o quarto mandato consecutivo para Geraldo Brindeiro à frente da Procuradoria Geral da República. O relator da mensagem enviada pela Presidência da República é o senador José Agripino (PFL-RN). A matéria será ainda votada pelo Plenário do Senado.

No cargo desde junho de 1995, Brindeiro esteve no Senado Federal na semana passada, para tratar dos trâmites de sua recondução ao cargo. Foi recebido pelo presidente Jader Barbalho.

Outras quatro proposições constam da pauta da CCJ, entre elas o projeto do Poder Executivo que regulamenta o trabalho

temporário nas empresas urbanas. A matéria, que altera também as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO). O relator na CCJ, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ainda irá apresentar seu parecer.

A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deverá ainda examinar outro projeto encaminhado pela Presidência da República, instituindo juizados especiais cíveis e criminais na Justiça Federal. Caso seja aprovada a proposta, as causas de menor potencial econômico ou ofensivo terão des-



Brindeiro, que está à frente da Procuradoria Geral desde 1995, pode ter mais um mandato

feito mais rápido, diminuindo-se também os custos processuais. O relatório será apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Garimpeiros pedem apoio a Jader Barbalho

Em audiência com o presidente do Senado, Jader Barbalho, na noite de ontem, representantes de entidades de classe dos garimpeiros de Serra Pelada, em Curionópolis (PA), solicitaram apoio para a aprovação do projeto de decreto legislativo que assegura os direitos dos que comprovarem que trabalharam no Garimpo de Serra Pelada.

Jader Barbalho tranquilizou a comitiva e informou que não medirá esforços para que a matéria seja

apreciada pelo Plenário em setembro. Antes, o projeto terá que ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No ano passado, quatro mil garimpeiros estiveram em Brasília tentando receber o pagamento devido pela Caixa Econômica Federal referente a 900 quilos



Jader recebeu representantes de entidades de classe dos garimpeiros de Serra Pelada

de sobras de ouro. A CEF contesta os números apresentados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 1
6h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Pedro Simon e o jornalista Luiz Gutemberg falam sobre o livro *Quem é Pedro Simon*
7h30 — *Entrevista* — O embaixador de Cuba, Jorge Lercano Pérez, fala sobre os 15 anos do reatamento Brasil-Cuba
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — Parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Sergipe
9h30 — *Entrevista* — O sen. Roberto Saturnino fala sobre a crise energética e petróleo
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Três projetos irão compor a pauta: o que trata do trabalho temporário, o que prevê a criação de juizados especiais nas varas federais e o que garante anistia a petroleiros demitidos no greve de 1995 (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
16h30 — Sessão conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão Mista do Apagão (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Santos prega incentivo ao voluntariado



Ao lembrar que em 1997 a assembleia geral da Organização das Nações Unidas declarou 2001 como Santos o Ano Internacional do Voluntariado, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que o poder público deve potencializar ações do setor privado, criando mecanismos para buscar a convergência das ações do voluntariado com as políticas e os programas governamentais.

Uma das iniciativas que o governo poderia tomar, segundo o senador, seria apoiar proposta de emenda à Constituição de sua autoria que pretende a isenção de todos os impostos sobre as doações efetuadas pelas empresas e entidades sociais sem fins lucrativos.

Moreira: MP do Código Florestal precisa mudar



A medida provisória que modifica o Código Florestal, para aumentar de 50% para 80% a área de preservação ambiental nas propriedades rurais na Amazônia Legal, inviabiliza a produção rural em Rondônia, afirmou ontem o senador Moreira Mendes (PFL-RO). O estado, de acordo com o senador, tem a sua agricultura baseada na pequena propriedade, que ficaria extremamente prejudicada por uma redução drástica da área agricultável. "A MP é um erro do Ministério do Meio Ambiente. É preciso discutir este assunto com a sociedade", disse, anunciando a coleta de assinaturas entre agricultores rondonienses contra a medida.

Coral do Senado se apresenta hoje e na quinta-feira

O Coral do Senado estará se apresentando hoje e quinta-feira no Auditório da Casa Thomas Jefferson (SGAN 606 – Asa Norte), em comemoração aos cinco anos de criação do grupo. Além das 45 vozes dos servidores da Casa, o coral será acompanhado pelo Quarteto Jovem de Brasília (cordas), por Paulo Roberto Silva (trombone) e Denilson Bianchine (percussão). As apresentações têm entrada franca e estão marcadas para as 20h30. O Coral do Senado foi criado em 1996 pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Juvêncio quer manter legislação sobre armas

Senador contesta tese de que aumento da violência estaria diretamente relacionado com o uso de armamentos pela população

A manutenção da Lei nº 9.437, que criou o Sistema Nacional de Armas, foi defendida ontem pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). Ele considera essa lei adequada, pois permite o registro e o porte de arma desde que atendidos certos requisitos. Na opinião do senador, impedir que o cidadão tenha direito de possuir uma arma para sua defesa não vai resolver o problema da violência no país. Ele afirmou que o crescimento do crime dá-se em razão, principalmente, da desigualdade social, da falta de uma boa distribuição de renda, da pobreza que grassa na



Juvêncio considera adequada a Lei nº 9.437

periferia das cidades. Segundo Juvêncio, outra causa de violência seria a negligência do Estado, que não realiza um trabalho ordenado de segurança pública, que seja confiável à população. O senador disse que existe, de um lado, uma infra-estrutura econômica perversa e, de outro lado, um Estado desaparelhado.

Arlindo Porto conclama Congresso a assumir agenda política do país

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) conclamou o Senado a assumir a agenda política do país, cumprindo assim sua missão institucional. Ele defendeu em Plenário que sejam colocados em pauta, antes das eleições de 2002, assuntos considerados vitais para a governabilidade do país. De acordo com o parlamentar, que se reportou aos 175 anos de história do Senado brasileiro, a única



Arlindo: menos de oito meses para reduzir custo Brasil

forma de a instituição recuperar seu prestígio – abalado pela crise política – é cumprir seu papel com "intensidade, correção e eficiência".

– Além da faxina interna, o Senado precisa legislar, fiscalizar e retomar o papel de centro dos grandes debates nacionais. O Congresso Nacional deve assumir a agenda política – disse, para dar ao próximo governo condições mínimas de gestão.

Para o senador, o Congresso tem menos de oito meses para reduzir o chamado custo Brasil. Ele afirmou que, com a globalização, quem não diminuir custos estará fora do mercado, e que não é possível cortar custos sem reformas tributária, trabalhista e queda de juros.

Arlindo destacou a necessidade da reforma previdenciária, a limitação da edição de medidas provisórias, a correção da tabela do Imposto de Renda, a Lei das S.A., a regulamentação dos setores de energia e de saneamento, a revisão da imunidade parlamentar e do papel das agências reguladoras, a criação de mecanismos de controle da abertura comercial, a questão agrária e a reforma política.

monstram ter havido redução das vendas de armas a partir de 1998, enquanto os índices de violência registram crescentes aumentos no mesmo período.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse considerar uma verdadeira demagogia os projetos que restringem a posse de armas. "Numa sociedade como a nossa, o cidadão tem que ter o direito de se proteger", afirmou.

Também o senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou-se contrário às propostas que limitam a posse de armas. Disse que se está querendo "tapar o sol com a peneira", pois a lei não vai resolver o problema da violência.

– Vai ser mais uma lei destinada a não pegar. A legislação hoje é mais que suficiente.

Cabral elogia artigo publicado por Agaciel Maia sobre papel do Senado

A inclusão, nos Anais da Casa, de artigo assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, publicado no *Jornal de Brasília* sob o título "O Senado além das leis", foi pedida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O artigo, segundo o senador, demonstra a grandeza do papel do Senado e a importância de seu Conselho Editorial.

Para Cabral, que elogiou o trabalho desempenhado por Agaciel desde os tempos em que dirigia a Gráfica do Senado, o diretor-geral está correto ao salientar que hoje a Casa "é um extraordinário complexo multimídia, como poucos existentes no mundo moderno". Na opinião do senador, o eixo da política parlamentar foi deslocado da Câmara para o Senado.

– Eu me lembro, quando deputado federal, que o Senado, dada a sua condição de ser composto por pessoas maduras, tinha a tranqüilidade de não se envolver em discussões maiores – disse.

O complexo multimídia citado pelo diretor-geral, enfatizou Cabral, permite que os senadores verifiquem o quanto seus eleitores estão atentos às suas iniciativas, divulgadas pelo *Jornal do Senado*, Agência, TV e Rádio Senado.

Como assinalou Agaciel, concordou o senador, é também notável o trabalho do Conselho Editorial, responsável pela publicação de coleções como a *Biblioteca Básica Brasileira*, composta por 21 obras que representam "amplo acervo documental dos momentos mais significativos do processo de implantação da democracia no país".

Melo defende ação emergencial contra a seca

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a continuidade dos programas emergenciais de combate à seca do Nordeste. Ele reafirmou a tese de que programas dessa natureza sejam meramente emergenciais, sem reflexos no desenvolvimento da região. Como prova, o senador salientou a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que permitiu o aumento da renda *per capita* na região de US\$ 90 para quase US\$ 3 mil.

Melo considerou precipitada a extinção da Sudene, sem que o país tenha um programa atualizado de desenvolvimento para a Região Nordeste. Ele apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, para que mantenham os programas de distribuição de cestas básicas pelo menos em níveis equivalentes aos praticados nos últimos anos.

Melo considerou precipitada a extinção da Sudene, sem que o país tenha um programa atualizado de desenvolvimento para a Região Nordeste. Ele apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, para que mantenham os programas de distribuição de cestas básicas pelo menos em níveis equivalentes aos praticados nos últimos anos.

Coelho insiste na revitalização do Rio São Francisco

O senador José Coelho (PFL-PE) manifestou esperança de que o decreto do presidente Fernando Henrique criando o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco venha a reverter o atual processo de degradação do rio, que está impedindo o progresso da população ribeirinha.

Ele explicou que o projeto prevê investimentos em despoluição, conservação dos solos, convivência com a seca, reflorestamento e recomposição das mata ciliares, gestão e monitoramento dos recursos hídricos, gestão integrada dos resíduos sólidos, educação ambiental e criação de unidades de conservação e preservação da biodiversidade. "Será o primeiro passo, em muito tempo, destinado a salvar o São Francisco", avaliou.

Segundo Coelho, é de fundamental importância a inclusão do Vale do São Francisco no programa de apoio à viticultura.



Melo: extinção da Sudene foi precipitada



Cabral destacou "extraordinário complexo multimídia"



José Coelho: "Primeiro passo"

Patrocínio prega cruzada contra a febre aftosa



Carlos Patrocínio: "As vantagens seriam grandes"

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu que o Brasil lidere uma cruzada contra a febre aftosa na América Latina. A proposta foi aprovada por unanimidade no Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, realizado em Brasília, no mês passado. Na ocasião, disse Patrocínio, o secretário de Agricultura do Paraná, Antonio Poloni, sustentou que, em virtude do avanço da febre aftosa no Mercosul, o combate à doença não poderia mais ser feito de forma isolada.

— Em termos de custo e benefício, as vantagens seriam grandes. A divisão dos encargos financeiros seria bastante razoável para todos, a doença ficaria controlada e não seria mais necessária a matança indiscriminada de gado — afirmou.

Eduardo critica socorro aos bancos federais



Eduardo Siqueira Campos: "Dinheiro não chegará lá na ponta"

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), citando editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, criticou ontem o programa do governo de reestruturação dos bancos federais, que custará R\$ 12 bilhões. Segundo o parlamentar, esses recursos deveriam ser investidos na agricultura, na infra-estrutura e na recuperação das estradas, e trata-se de mais uma iniciativa governamental para cobrir "um rombo de partes de estruturas falidas que vêm consumir esses recursos".

— Sei que é importante sanear esses bancos, mas sinto e lamento que esse dinheiro não chegará lá na ponta, e vamos amargar mais um investimento de 12 bilhões de reais, enquanto o Brasil clama por uma oportunidade por se desenvolver — frisou o senador.

Viana propõe censura à OMC por ação na área farmacêutica

Segundo senador, Organização Mundial do Comércio permite atuação de cartéis e dificulta o atendimento de regiões pobres atingidas pela Aids

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentará requerimento à Mesa do Senado propondo voto de censura à Organização Mundial do Comércio (OMC) por permitir a atuação de cartéis da indústria farmacêutica em regiões pobres do planeta atingidas pela epidemia da Aids. Em Botswana, na África, 38% da população está infectada, mas o alto preço dos medicamentos impede que a doença seja adequadamente tratada, provocando o aumento de novos casos.

No entender de Viana, que é médico, a Aids já pode ser considerada uma pandemia, ou seja, uma epidemia generalizada mundialmente. As últimas estatísticas revelam que há no globo terrestre 36 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV. A magnitude do problema levou à realização de reunião com representantes de 130 países em Nova York, onde especialistas estão debatendo um plano conjunto de tratamento e prevenção da doença. Segundo Viana, foi "uma iniciativa da maior importância".

Durante discurso, o senador leu trecho da Declaração Universal dos Direitos do Homem, firmada pelos



"Podemos comparar a Aids a um genocídio", afirmou o senador Tião Viana

países-membros da ONU em 1948, como resposta aos horrores da 2ª Guerra Mundial, inclusive o genocídio que atingiu os judeus. O documento aponta o direito à vida e à dignidade como bem inseparável dos seres humanos. "Podemos comparar a Aids a um genocídio, mas o volume de recursos destinados a combatê-la ainda está aquém da necessidade", disse o senador.

O Brasil está em situação especial, graças, entre outros fatores, à lei que estabeleceu o tratamento gratuito e universal para os doentes da Aids, observou ele. Proposta pelo

senador José Sarney (PMDB-AP), a lei teve como efeitos prolongar e melhorar a qualidade de vida dos infectados, além de diminuir a contaminação dos bebês pelas mães.

RETIFICAÇÃO

Tião Viana contestou matéria produzida pela Agência Senado e publicada pelo *Jornal do Senado* sobre o discurso que fez na última sexta-feira em defesa da utilização de profissionais estrangeiros para enfrentar a escassez de médicos em mais de 1.200 municípios brasileiros. No pronunciamento, ele manifestou inconformismo com a proibição da entrada no país de médicos com formação qualificada, que querem ir para algum município isolado no Brasil.

Ele apelou ao Ministério da Saúde para que "estabeleça uma parceria efetiva com os estados e sensibilize o Conselho Federal de Medicina e as entidades de classe de que o corporativismo e a defesa de uma categoria encontram um limite na ética". O senador esclarece que é incorreta a frase a ele atribuída de que "o corporativismo do Conselho Federal de Medicina deve ser limitado pela ética".

Mozarildo quer reação contra Plano Colômbia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu, em discurso feito ontem no Plenário, que o governo brasileiro tome posição mais firme contra a implementação do Plano Colômbia, que prevê a intervenção norte-americana em território colombiano para combater o narcotráfico. Para Mozarildo, por trás do plano, há a ameaça dos Estados Unidos à soberania da Amazônia. Na opinião do senador, o plano representa "uma bomba-relógio".

Mozarildo afirmou que o Estado colombiano está sendo dirigido como um quartel-general das drogas e mais de um milhão de colombianos já abandonaram sua pátria em virtude da guerra civil que se arrasta há anos no país. Com a iniciativa dos Estados Unidos, o Brasil fica extremamente vulnerável às ações militares e

paramilitares na região. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, será inevitável a ocorrência de uma onda de refugiados colombianos para territórios limítrofes, quando o plano militar estiver em andamento.

Segundo o senador, o Plano Colômbia consiste no treinamento das tropas colombianas por instrutores do Pentágono para combater o tráfico e seus agentes diretos. O governo destinou US\$ 8 bilhões para a iniciativa e o prazo de efetivação é de cinco anos. O plano, acrescentou ele, destina-se a recuperar todos os espaços do país perdidos para a máfia e para os guerrilheiros. "As duas organizações terroristas juntas já controlam quase metade de todo o território colombiano", disse.

Mozarildo perguntou por que



Mozarildo argumenta que o Brasil ficará muito vulnerável às ações militares no país vizinho

o presidente norte-americano George W. Bush não experimenta atacar o problema na outra ponta, no eixo do suprimento de insumo para o refino da coca. Os produtos usados para isso são importados, inclusive dos Estados Unidos, lembrou ele.

Pimenta e Melles podem falar sobre programas na CE

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje, a partir das 11h30, requerimento do senador Freitas Neto (PFL-PI) para que os ministros das Comunicações, Pimenta da Veiga, e do Esporte e Turismo, Carlos Melles, sejam convidados a apresentar, em audiências públicas, as diretrizes e programas prioritários de suas pastas para o ano de 2002.

Dos 37 itens da pauta, destaca-se ainda a votação de parecer favorável do presidente da CE, senador Ricardo Santos, na forma de substitutivo, ao projeto da Câmara que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico de drogas. Ricardo Santos propõe a distinção legal entre a condição de dependente, produtor e traficante.

Líderes pedem plebiscito sobre criação de estado

Os deputados federais Giovanni Queiroz (PDT-PA), Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) e Renildo Leal (PTB-PA), os deputados estaduais Zequinha Marinho (PDT-PA), Cláudio Almeida (PDT-PA) e Cristina Murtan (PMDB-PA), além de prefeitos de todos os partidos, empresários, trabalhadores rurais e lideranças de municípios do sul do Pará, pediram ao presidente do Senado, Jader Barbalho, apoio político para a aprovação do projeto de Giovanni Queiroz que prevê a realização de plebiscito para a criação do estado do Carajás.

A comitiva também solicitou a Jader que intervenha junto ao presidente da República e a lideranças do governo para que eles revejam a posição contrária à realização do plebiscito.

CRE examina indicações para duas embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprecia hoje, a partir das 17h30, a indicação do diplomata José Viegas Filho para o cargo de embaixador do Brasil na Rússia. A CRE apreciará também a escolha do diplomata Cesário Melantônio Neto para a embaixada do Irã. O presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), informou que os dois diplomatas serão sabatinados em audiência pública, mas a votação, como de praxe, será secreta. Os relatores das matérias são, respectivamente, Geraldo Melo (PSDB-RN) e Mauro Miranda (PMDB-GO).